

ATA DA VIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2024

Aos dezessete dias do mês de setembro, deu-se início, às 8h30, em segunda chamada, à VIII Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado na sede do Conselho Municipal de Educação, situada à rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Silvia Almeida Lira, da vice-presidente, Mariana Inácio de Oliveira Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Martin Sirolli, Alessandra Rolim da Silva, Elaine Jaques Sotero, Sheila Aparecida da Mota Pereira, Marcos Paulo Pereira Ramos, Cristiane Cunha Vaz da Silva Inoue, Suellen Moura Souza, Nevaldo Leocádia Bastos Júnior, Camila de Oliveira Barbosa da Costa, Herick Porto Holzer, Maria Heleise dos Santos Rosa, Patrícia Aparecida da Silva Viríssimo, Mônica de Oliveira Cardoso dos Santos, Wellington Pereira da Silva, Ana Cláudia dos Santos P. Ramos, Jorge Luiz da Silva Nunes, além da assessora técnica, Cristiane Carneiro, e da secretária executiva, Simony Valim da Rocha. Silvia Lira deu início à reunião cumprimentando os presentes e apresentou os novos conselheiros representantes das Escolas do Campo, o senhor Martin Sirolli e a senhora Alessandra Rolim da Silva. Passamos à leitura da ata da reunião do Conselho Pleno em 13 de agosto. Ata lida e aprovada. Cristiane Inoue perguntou o porquê da ata não ter sido aprovada na reunião anterior. Silvia Lira explicou que não houve tempo hábil e devido, também, ao esvaziamento da reunião. Cristiane Inoue então questionou porque não estava na pauta o repasse que ela solicitou no grupo. Mariana afirmou que a convocatória foi enviada antes da lembrança da conselheira. A presidente, então, seguiu a pauta. Falou sobre a participação do CME na elaboração e do lançamento do Plano Municipal Pela Primeira Infância. O próximo ponto foi a visita à E. M. Lomeu Bastos para verificar a questão do parquinho. O retorno é que, durante a instalação do equipamento, não foi apontado outro local, o que fez com que a escola perdesse um espaço que poderia ser utilizado de outras formas. O CME passou orientações para escola e encaminhará para a SEJIN as suas observações, mas alguns pontos já foram revistos. Seguindo a pauta, a presidente deu a oportunidade para a conselheira Elaine Jaques, enquanto diretora da E. M. Bilíngue de Educação de Surdos (EMBES), de socializar as ações dessa unidade. Elaine Jaques fez um histórico da Educação de Surdos em Angra dos Reis; apontou o público-alvo da EMBES, normatizado em resolução SEJIN do ano passado; contextualizou a pessoa com surdez indicando os diferentes níveis e pontuou que na EMBES faz-se a audiometria para identificar perda auditiva. A conselheira Sheila perguntou como podemos indicar alunos. A conselheira Elaine afirmou que há uma ação do fonoaudiólogo da EMBES indo às escolas, mas que a escola pode encaminhar diretamente para a EMBES esses alunos. Ela prosseguiu com sua apresentação informando que muitas crianças com deficiência não conseguem alfabetizar-se na escola regular, mas com a identificação da deficiência pode receber um trabalho específico na EMBES. A professora Elaine Jaques afirmou que deixar essa criança na sala regular sem aprender não é inclusão, esta se faz à medida que a criança aprende. Ela trouxe informações sobre a surdez (audição, implantes e anatomia). A conselheira afirmou que Educação Bilíngue de Surdos se destacou da Educação Especial e passou a ser uma modalidade a partir de alteração na LDB em 2021. Em sua fala, enfatizou alguns trechos da LDB e apresentou algumas legislações referentes à Educação de Surdos. Continuando sua palestra, trouxe para o pleno como se estrutura a EMBES (Ed. Infantil, En. Fundamental, AEEs, EJA e Grupos Não Seriadados). Cristiane Carneiro perguntou se há turmas de EJA e Elaine Jaques afirmou que há um número considerável de evasão nessa modalidade e, nesse contexto, os alunos são encaminhados para o CEJA, que

possui intérprete. Reiterou que a escola está aberta para caso esses alunos encontrem alguma dificuldade de acesso a essa modalidade de ensino. Ela continuou a sua fala, na qual abordou o trabalho pedagógico bilíngue com os surdos, tendo a LIBRAS como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua (oral e escrita), e a Metodologia de Ensino de Português Escrito Para Surdos (MEPES), com livros produzidos pelas EMBES. Também abordou o trabalho pedagógico para DA (deficiência auditiva) e TPAC (transtorno do processamento auditivo central), sendo a Língua Portuguesa a primeira língua nesse caso. Além disso, pontuou que seguem o DOC em relação às bases, mas a parte diversificada é específica, prevista em resolução. Falou também dos grupos não seriados, estudantes com múltiplas deficiências associadas à surdez ou perda auditiva, onde o trabalho conta com componente curriculares específicos também previstos em resolução. Elaine afirmou que há três surdo-cegos na EMBES e que a LIBRAS tátil é um trabalho complexo, mas que é possível. Suellen compartilhou sua experiência em um evento no contexto das pessoas com deficiência em que havia intérprete de LIBRAS tátil. Jorge Nunes perguntou se a EMBES tem guia-intérprete, ela afirmou que sim, pensando na mobilidade desses alunos. A assessora técnica perguntou se há critérios para lotação na EMBES. Elaine Jaques afirmou que não há critérios, mas que buscam pessoas que tenham conhecimento de LIBRAS, quando não há profissionais com esse saber é ofertada a formação em serviço. Segundo a diretora, na EMBES tem a educação precoce, que é a pré-escola. Ela pontuou ainda que o tablet é um recurso importante, pois há muitos aplicativos para pessoas surdas ou com perda auditiva. Ainda tem-se, na EMBES, os Anos Iniciais e Finais, sendo que a escola atende três surdos profundos. Suellen perguntou se há transporte para os indígenas. Elaine Jaques respondeu que sim. Mariana Máximo comentou afirmando que esses alunos indígenas são da Educação do Campo e, por isso, têm direito ao transporte. Elaine Jaques corroborou essa fala. A conselheira ainda falou dos núcleos da EMBES (acessibilidade e atendimento para estudantes com múltiplas deficiência sensorial auditiva) e a sala de recursos, além do AEE (LIBRAS e Português). Elaine Jaques retomou a sua apresentação, na qual tratou da escola de pais, da formação continuada para professores e do curso de LIBRAS. Cristiane Carneiro perguntou se todo semestre são abertas inscrições para o curso de LIBRAS. Elaine Jaques afirmou que sim, mas que são poucas vagas por causa do espaço para realização do curso. A conselheira Elaine finalizou a sua apresentação reafirmando a importância de se identificar crianças com possível perda auditiva na escola regular e agradeceu a oportunidade de apresentar o trabalho. Em seguida, Silvia Lira passou a palavra para o conselheiro Jorge Nunes para falar sobre o curso de Braille da APADEV, ministrado por ele, enquanto instrutor. Jorge apresentou o histórico desse curso, informou que ele tem noventa horas e que a metodologia envolve aprender a ler e escrever em Braille. O curso é oferecido para servidores públicos municipais e para o público em geral. Com o êxito desse curso, surgiu a ideia de oferecê-lo, em parceria com o CME, para professores da rede pública e privada de ensino. Jorge disse que estão estudando a possibilidade de fazer um curso diferenciado para esses profissionais, com proposta de aulas à noite e divididos em módulos, com adequação da carga horária. Além disso, informou que já foi redigido um projeto e enviado para o Conselho Municipal de Educação. O conselheiro ressaltou a importância do sistema Braille, mesmo em um contexto digital, porque o contato com esse sistema de escrita faz com as pessoas desenvolvam diferentes partes do cérebro. Mariana Máximo pontuou que a ideia é que esse projeto seja realizado em 2025 e que cabe ao pleno aprovar ou não essa proposta. Silvia Lira encaminhou a votação. Por unanimidade os conselheiros aprovaram a proposta. A Conselheira Suellen elogiou a gestão do CME, afirmou que tem recebido retorno positivo de outras pessoas acerca dessa gestão e compartilhou que no dia 24 de setembro haverá a inauguração do CETEA. Mariana Máximo passou para o próximo ponto da pauta: alteração da data da próxima reunião do Conselho Pleno, em virtude das eleições e da medalha Jair Natalino Espíndola Travassos. A

proposta seria o dia vinte e dois de outubro. Mariana encaminhou a votação e a proposta foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Nevaldo Bastos disse que se faz necessário elaborar uma resolução acerca da mudança excepcional da data da reunião. Mariana Máximo prosseguiu, informando a data do evento Medalha Professor Jair Travassos no dia 16 de outubro no CEA. Além disso, afirmou que haverá uma reunião da comissão para a medalha no dia 25/09. Patrícia Viríssimo ponderou que seria melhor na terça-feira, 24/09 às 8h. O pleno concordou com a alteração para o dia 24/09. Mariana prosseguiu e indicou a necessidade de aprovação dos agraciados pelo pleno em uma reunião extraordinária de forma online com essa pauta. Mariana Máximo voltou à pauta: a retomada da Comissão de Ética no âmbito do CME. Silvia Lira pontuou que o CME gostaria de marcar uma reunião dessa comissão. Marcos Paulo salientou que não pode na parte da tarde, que seria melhor para ele na parte da manhã. Mariana Máximo encaminhou que como essa reunião é apenas entre os membros dessa comissão, no grupo eles podem se organizar no melhor dia e horário, mas ficou acordado o horário das 15h30 às 17h. A vice-presidente abordou, então, a Reunião Ordinária de Novembro no quilombo, disse que estamos aguardando mais informações e que vamos dialogar com a Norielem porque ela é a articuladora desse movimento. Silvia Lira passou a palavra à assessora técnica Cristiane Carneiro com o intuito de falar sobre as visitas às escolas privadas de Educação Infantil para verificação da acessibilidade mediante à solicitação do MP. A assessora informou que já visitamos as escolas privadas de Educação Infantil do Centro e enviamos relatório para o MP. Cristiane Carneiro informou que vamos divulgar um novo calendário de visitas. Mariana Máximo avisou que amanhã haverá uma visita às escolas privadas da Japuíba e que será uma visita de dia inteiro, das 8h às 17h, sendo necessário o interessado arcar com o seu almoço e que não haverá transporte no meio da visita. Silvia ressaltou que é importante a participação dos conselheiros. Mônica perguntou o ponto de encontro. Silvia Lira afirmou que o ponto de encontro é o CME e a saída da van será da SEJIN, às 8h. Jorge justificou que não será possível participar amanhã. Heleise disse que pode participar o dia todo. A conselheira Mônica se disponibilizou a participar no turno da manhã. Sheila se colocou à disposição para participar na parte da manhã. Cristiane Carneiro, Mariana Máximo e Silvia Lira também irão. O Conselheiro Jorge completou que não se trata de apenas cumprir uma demanda do MP, mas também de ajudar o trabalho das escolas. Mariana Máximo afirmou que dois assuntos surgiram após o fechamento da convocatória: o repasse da conselheira Cristiane Inoue e a Resolução da Sejin acerca da Gestão Democrática. A vice-presidente traz a sugestão de que a resolução seja analisada primeiramente pela comissão de gestão democrática para depois vir para o conselho pleno. A conselheira Patrícia Viríssimo pediu a palavra e afirmou que criticamos quando é necessário e elogiamos quando o governo acerta e que, nessa resolução, as berçaristas podem participar do processo, o que pode parecer uma coisa simples, mas é uma grande conquista. Mariana prosseguiu contextualizando a questão da gestão democrática como uma das condicionalidades do VAAR, na qual o gestor para atuar na escola precisa passar por consulta pública. Com a publicação da resolução, a presidência do CME acredita que o município receba o VAAR nesse momento. Mariana encaminhou a votação e o pleno aprovou por unanimidade que a resolução passe primeiro pela Comissão de Gestão Democrática. Mariana Máximo agradece ao Secretário por ter atendido a essa demanda indicada pelo CME. Silvia Lira disse que Cristiane Inoue solicitou a oportunidade para fazer um repasse. A presidente fez uma introdução do assunto a ser tratado, dizendo que precisamos fazer o ordenamento de despesas para participarmos de eventos, mas a conselheira Cristiane Inoue foi, mesmo recebendo uma negativa da chefia imediata, que pensou nos alunos porque a professora ficaria muitos dias fora. Além disso, a conselheira utilizou a gratuidade de inscrição no evento em Itapetininga a qual o CME tem direito por pagar a anuidade da UNCME. Silvia afirmou que ela e Mariana chamaram Cristiane e conversaram, ressaltando que ela não poderia ir. Após essa

contextualização, Silvia pergunta se o pleno deseja ouvir o repasse da conselheira Cristiane Inoue. Mariana Máximo explicou que estamos colocando para apreciação do pleno por causa desse contexto, porque há um ordenamento de despesa, trâmites e procedimentos a serem executados antes da participação, dentre eles autorização da chefia e ofício do CME. Mariana ainda disse que sabendo dessa negativa da chefia, a presidência conversou com a conselheira explicando a questão. Patrícia Viríssimo tomou a palavra e disse que um dos critérios para participação é não afetar o andamento do trabalho nas unidades e perguntou se ela tinha autorização. Cristiane Inoue falou que estava inscrita para participar do curso de formação do TCE, que a inscrição estava regular e que só precisava do custeio e que estava autorizada, sim, para participar, que já tinha o papel para dar sequência aos trâmites e que tinha liberação da chefia também para participar do encontro em Itapetininga. Segundo Cristiane Inoue, a SEJIN perguntou para a Diretora com quem os alunos ficariam. Cristiane Inoue afirmou que já tinha se organizado, que a diretora pegaria a turma e a professora da parte diversificada também para que os alunos não tivessem prejuízo. Segundo a conselheira, poucos dias antes do curso, a SEJIN informou que ela não poderia participar, mas que de acordo com a legislação do conselho, o servidor tem direito de participar de formação sem subordinação à SEJIN, de acordo com a lei de 2021 e sem falta. Silvia Lira perguntou se a presidência da CACS/FUNDEB autorizou e explicou que esse artigo trata da CACS/FUNDEB. Ainda afirmou que falou com Cristiane Inoue sobre essa situação e Cristiane Inoue foi à revelia. Cristiane Inoue citou o BO de 19 de novembro de 2021 e disse que, de acordo com a legislação, exerceu seu direito de participar, que estava amparada e que depois poderia conseguir o ressarcimento. Complementou, ainda, dizendo que se manteve numa matrícula de docente porque quis. Silvia Lira salientou que na matrícula como conselheira ela não teria direito a recursos em outros eventos e teve, que a questão foi esses dois eventos em que ela ficou três dias afastada e depois mais quatro. Silvia Lira afirmou que cabe agora ao Conselho decidir se vai ouvir esse repasse ou não. Mariana Máximo completou que há trâmites e regras e que a presidência não considera que a atitude dela foi de representação do CME. Cristiane Inoue afirmou que não foi à revelia, pois tem a lei e fez o pedido do ordenamento de despesa, mas que dias antes do curso do TCE, a diretora disse que ela não poderia ir e que ela, Cristiane Inoue, não foi comunicada com antecedência e que se deixasse de ir, receberia uma punição no âmbito dos cursos do TCE. Patrícia Viríssimo completou que essa desistência não a afetaria porque foi uma questão da chefia, que faltou um pouco de tato e interpretação, que agora cabe assumir as consequências e que não se sente à vontade de votar em uma situação que é pessoal. Silvia Lira pontuou que Cristiane Inoue decidiu ir mesmo sem a autorização e que a pergunta é se o colegiado quer ouvir o relato da participação dela no curso do TCE e no encontro em Itapetininga, uma vez que temos fé pública e somos um órgão normativo. Patrícia Viríssimo perguntou se outros conselheiros participaram. Silvia Lira explicou que Walkíria se inscreveu no curso do TCE e não foi por questões de saúde. Marcos Paulo pontuou que acredita que se a questão é só informar, não vê problema em ela fazer esse repasse. Silvia Lira afirmou que a questão é que a participação deu-se fora da normalidade. A presidente encaminhou a votação. Conselheiros que concordam com o repasse: três, conselheiros que não concordam com o repasse: dez, abstenção: uma. O conselheiro Wellington falou que, dentro da Câmara do Fundeb, a Cristiane Inoue pode fazer esse repasse. Cristiane Inoue pediu, então, para falar sobre a Meta 17 e disse que há um GT e que até hoje só tivemos uma reunião há quatro meses e que o conselho deveria fazer o acompanhamento do PME. Silvia Lira pontuou que o Fórum Permanente de Educação de Angra dos Reis faz esse acompanhamento. Cristiane prosseguiu afirmando que Angra não paga o nem mesmo o equiparado para o nível técnico e que sua sugestão é que encaminhe ofício para o MP e para o Prefeito, pois não está havendo reuniões do GT da Meta 17 e que não há cronograma de reuniões, que o objetivo é fazer um estudo do impacto da

equiparação do docente I com o nível técnico. Afirmou, ainda, que o Fórum não fez o acompanhamento e que o CME tem responsabilidade também. Segundo a vice-presidente, a última reunião do Fórum aconteceu no dia vinte e nove de agosto e que ele tem a função de acompanhar as vinte metas do PME e não só uma, que a secretária executiva deste conselho acompanhou 4 metas. Mariana sugeriu que Cristiane Inoue encaminhe sua fala, enquanto proposta, para solicitar ofício pedindo calendário de reuniões do GT da meta 17. Mariana Máximo e Silvia Lira afirmaram que seria interessante fazer esse ofício via Fórum. Cristiane Inoue defende que a solicitação seja feita pelo CME. Mariana Máximo disse que pelo CME perdemos força porque não temos tantas categorias representadas. Mariana complementou que inserção de pauta precisa ser solicitada com antecedência, pedindo a compreensão do pleno. A proposta da vice-presidente é discussão no Fórum e depois encaminhamento pelo Fórum. A proposta da Cristiane é fazer um ofício em nome do Fórum e do CME, porque já foi aprovado pelo Fórum. Mariana Máximo afirmou que o CME não pode enviar um documento em nome do Fórum. Silvia Lira encaminhou duas propostas: proposta um, da Cristiane Inoue, encaminhar ofício do CME para prefeito, secretário e MP cobrando um cronograma de reuniões; proposta dois da Mariana, que se envie esse ofício pelo Fórum Municipal em conjunto com o CME, com celeridade. Proposta um: um voto, proposta dois: votação interrompida. Durante a votação da proposta dois, a conselheira Cristiane Inoue retirou sua proposta. Assim a proposta dois foi aprovada. Silvia Lira perguntou à secretária se seria possível fazer a leitura da ata hoje, a secretária informou à presidente que não seria possível porque a ata ficou longa e precisa ser revisada. A presidente encaminhou a situação ao pleno que, por unanimidade, votou pela leitura da ata no início da próxima reunião. Em tempo, a assessora técnica propôs que a reunião da Câmara de Educação Básica seja feita online, à noite, e o pleno concordou. Após as considerações finais, a Presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Simony Valim da Rocha, li e encerro esta ata. Duas abstenções por falta na reunião anterior. Ata lida e aprovada ao início da IX Reunião Ordinária do Conselho Pleno de vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e quatro.